

OS SENTIDOS MILENARES DO MINKA E AS PECULIARIDADES DOS POVOS DO CAMPO NA BAHIA¹

Renné da Glória Andrade²
Marisa Oliveira Santos³
Ana Elizabeth Santos Alves⁴

Resumo

O artigo apresenta reflexões sobre Minka, termo que, na língua quéchua, refere-se ao trabalho coletivo e a outras práticas milenares dos povos andinos que dão sentido à vida em comunidade. Depois de abordar a etimologia da palavra, indicamos pesquisas que evidenciam que, na atualidade histórica, o trabalho coletivo se constitui como elemento fundamental dos processos de produção da existência humana. Tecemos considerações sobre povos do campo no estado da Bahia, afirmando que, contraditoriamente, há no interior do modo de produção capitalista, sociabilidades fundadas na solidariedade e no bem comum.

Palavras-chaves: Minka; povos do campo; trabalho coletivo; trabalho-educação.

LOS SENTIDOS ANCESTRALES DEL MINKA Y LAS PECULIARIDADES DE LOS PUEBLOS DEL CAMPO DE BAHIA

Resumen

El artículo presenta planteamientos acerca del término Minka que en Quéchua (o Quíchua) se refiere al trabajo colectivo y a otras prácticas ancestrales de pueblos andinos que aportan sentido a la vida en comunidad. Primero abordamos la etimología de la palabra Minka y luego indicamos investigaciones que ponen de manifiesto que, en la actualidad, el trabajo colectivo es elemento fundamental en los procesos de producción de la existencia humana. Formulamos consideraciones acerca de los pueblos del campo de la provincia de Bahia, en Brasil, asegurando que, contradictoriamente, es posible encontrar en el interior mismo del modo de producción capitalista sociabilidades basadas en la solidaridad y en el bien común.

Palabras clave: Minka; pueblos del campo; trabajo colectivo; trabajo-educación.

THE MINKA'S OLD SENSES AND THE PECULIARITIES OF COUNTRYSIDE PEOPLE IN BAHIA

Abstract

The article presents reflections about Minka, a term that, in the Quechua language, refers to collective labor and other ancient practices of Andean peoples that give meaning to community life. After addressing the etymology of the word, we indicate research that shows that, in current historical times, collective work constitutes a fundamental element in the production processes of human existence. We comment about rural communities in the state of Bahia asserting that contradictorily we find within the capitalist mode of production, sociability based on solidarity and the common good.

Keywords: Minka; rural communities; collective work; work-education.

¹ Artigo recebido em 19/09/2023. Primeira Avaliação em 25/09/2023. Segunda Avaliação em 03/10/2023. Aprovado em 13/10/2023. Publicado em 22/02/2024.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i47.60464>

² Doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia - Brasil. E-mail: renne9152@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0645747592845028>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5365-9808>.

³ Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia - Brasil. Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: momalisa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8597629222043489>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6413-142X>.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia - Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia - Brasil. E-mail: anaelizabeth.anamestrado@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6609391193846733>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0603-2113>.

Introdução

Minka é um conceito andino, milenar, de origem quéchua que se refere ao trabalho coletivo que dá sentido à vida em comunidade. São atividades comunitárias que todos(as), ou parte do grupo são convidados(as) a participar. Em algumas delas, o Minka beneficia toda a comunidade por ser uma prática em prol de um bem comum. Entretanto, há também o Minka que é praticado pelo trabalho voluntário em benefício de uma pessoa, quando são prestadas trocas e solidariedade (Sousa, 2020). São práticas econômicas e culturais que expressam os costumes⁵, os símbolos, as tradições dos modos de vida dos povos originários e que permanecem “associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida” (Sider apud Thompson, 1998, p. 22) de mulheres e homens ao longo da história, produzindo suas existências.

No desenvolvimento social de comunidades tradicionais na América Latina, há formas práticas de compartilhamento dos saberes andino e amazônico que ainda permanecem vivas e uma delas é o Minka (ACOSTA, 2016). É o caso de comunidades do Peru (SOUSA, 2020) e do Equador (ARAÚJO; SILVA, 2022), em que pese estes países estarem submersos na lógica hegemônica capitalista que, muitas vezes, busca desestruturar o trabalho coletivo e os costumes desses povos.

O objetivo deste artigo é mostrar que os povos do campo carregam em sua historicidade modos de vida que se manifestam em costumes, tradições, formas particulares de reprodução ampliada da vida e que, na sua diversidade, produzem o trabalho coletivo, mesmo estando imersos numa sociedade fundada pela lógica do modo de produção capitalista.

Conforme nos assegura Lia Tiriba (2018) os “espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente” demarcam as particularidades da reprodução ampliada da vida o que pressupõe:

[...] a propriedade coletiva dos meios de produção, o controle coletivo do processo de trabalho e a distribuição equitativa dos frutos do trabalho. Em outras palavras, pressupõe culturas do trabalho associado entremeadas por singularidades de gênero, raça e etnia que vão se entrelaçando, tendo a criação da sociedade de produtores livremente associados como horizonte. Nesse processo,

⁵ Os costumes são transmitidos entre as gerações historicamente por meio das relações sociais e de trabalho (Thompson, 1998).

novas relações entre seres humanos e natureza e entre os próprios seres humanos se ampliam em todas as esferas da vida biológica e social. Suas bases materiais e simbólicas estão fundadas no respeito à natureza externa e ao ser humano, na produção associada e na autogestão do trabalho e da vida social que permita a homens e mulheres a produção de sociabilidades fraternas e solidárias. (TIRIBA, 2018, p. 85).

O trabalho, ao mesmo tempo em que pode ser um meio alienante, pode também se constituir como elemento historicamente necessário para a libertação do ser humano. A materialidade histórica da reprodução ampliada da vida contrapõe a lógica do capital de reprodução simples da vida por meio de uma infinidade de práticas, pelas quais os seres humanos se tornam cidadãos produtivos na perfeita interação ser humano/natureza mediada pelo trabalho, no respeito às pessoas por meio de ações solidárias e fraternas, bem como no respeito aos recursos naturais cuidando de sua preservação.

Como lembram Tiriba e Fischer (2023, p. 06), “o trabalho é a categoria que nos dá elementos para análise das determinações econômicas, políticas e culturais que o constituem e que formam diferentes modos de produção da existência humana”. Para Saviani (2007, p. 155), “o que garante a existência humana é a educação, ou seja, o homem forma-se homem pela produção e pelo processo educativo. O trabalho define a essência humana”. Esse movimento expressa a condição mediadora do desenvolvimento histórico do ser humano em cada formação social e as maneiras como os atos de trabalhar e educar ocorrem nesse processo; logo o trabalho é um ato educativo (SAVIANI, 2013). Assim, consideramos que o princípio educativo do trabalho na relação entre seres humanos e natureza é em si uma relação dialética.

Nos modos de vida dos povos do campo, no trabalho como princípio educativo prepondera a cooperação e a ajuda mútua, embora, muitas vezes, esses povos estejam envoltos em diferentes formas degradantes de relações de trabalho impostas pelo modo capitalista de produção.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira, tratamos das origens do Minka entre os povos andinos tradicionais, pela sua forma de agir pautada nos princípios de solidariedade e de reciprocidade, que dão sentido aos modos de vida

nas suas comunidades. Em seguida, analisamos pesquisas⁶ acerca de povos tradicionais e de outros povos do campo e da cidade (ribeirinhos, quilombolas, pequenos produtores rurais, entre outros grupos vinculados à agricultura e ao trabalho associado), levando em conta o trabalho como elemento fundante da vida humana que, em seu caráter coletivo, integra os saberes das experiências, os costumes, as formas organizativas de luta e as resistências. E, finalmente, convergimos para campos empíricos do estado da Bahia: Quilombo de Furadinho e Povoado do Peri Peri, que coadunam com as diversas manifestações de sociabilidade no trabalho coletivo que se expressam nos costumes relacionados ao casamento, na religiosidade, nas lutas e nas resistências pela terra. Nesse movimento contraditório, considerando a sociabilidade imposta pelo capital, vamos entender os sentidos milenares do Minka.

Os sentidos milenares do Minka

Minka⁷ é uma palavra originária da língua quéchua ou quíchua proveniente do “período arcaico entre 3200 e 1800 a.C.” (ENCISO; MENDONZA, 2011, p. 43). Trata-se de um conceito andino milenar que tipifica os processos e as atividades de trabalho coletivo, prática comum entre os povos indígenas (ENCISO; MENDONZA, 2011).

De acordo com Solano e Lazarini (2013, p. 122), as nações *Chanka*, *Kolla* (*Aymara*) e *Chimu* desenvolveram, na região andina, diferentes práticas de trabalho coletivo, sendo as principais delas o *Ayllu*⁸ e o Minka. Tinham em comum uma visão

⁶ Reconhecemos que diferentes pesquisadores(as) de linhas teóricas distintas desenvolvem estudos sobre povos tradicionais e outros povos do campo. No corpo deste texto, vamos ressaltar algumas pesquisas realizadas por professores(as) e seus(suas) orientandos(as) no âmbito do Neddade/These (UFF), do Museu Pedagógico e PPGMLS (UESB), do Grupo Trabalho, Conhecimento e Educação (UFRGS), do GEPT (UFPA) e da PUC-RIO. Formamos um coletivo de pesquisa em conjunto com esses pesquisadores(as). Juntos(as), temos contribuído para tornar visíveis, por meio dos nossos objetos de pesquisa, discussões em torno da categoria comunidade, que abarca diferentes empirias das comunidades ribeirinhas, quilombolas, pescadores artesanais, pequenos produtores rurais, além de grupos de economia popular solidária, economia doméstica, movimentos de ocupação de fábricas, moradias, MST e MPA.

⁷ Autoras, a exemplo de Elizabeth Ibarra (2019), Larissa Araújo e Ana Tereza Silva (2022), denominam o trabalho coletivo, as práticas coletivas milenares como Minga, especialmente quando se referem a mobilizações sociais. Optamos por unificar as expressões como Minka para facilitar a escrita do texto. Cástor Sousa (2020, p. 143) refere-se a Minka como tarefa comunitária que vem dos incas. Acosta (2016) trata Minka ou Minga como sinônimos.

⁸ Organização ligada ao sentido comunitário na formação das comunidades indígenas camponesas no Peru (Portugal, 2007).

integrada dos elementos da natureza – o ar, a terra, as plantas – que constituem a vida de mulheres, homens e animais no mundo, mediada por relações de trabalho comunitário. Posteriormente, essas nações foram conquistadas e incorporadas ao Império Inca, mas continuaram a exercer um modo de vida fortemente ligado à natureza por suas relações sociais comunitárias e uma concepção de mundo constituída por valores que buscavam preservar a vida das pessoas e o trabalho coletivo.

O Minka é reconhecido como uma das antigas práticas culturais nas comunidades campesinas, nos Andes peruanos (SOUSA, 2020). Alberto Acosta (2016, p. 186-185) resume o sentido do que é Minka.

Minka ou *minga*: é uma instituição de ajuda recíproca no âmbito comunitário. Assegura o trabalho destinado ao bem comum da população. Realiza-se para satisfazer as necessidades e os interesses coletivos da comunidade. Por exemplo, na execução de obras como a construção e manutenção de caminhos ou canais de regadio. Portanto, é um mecanismo de trabalho coletivo que permite superar e enfrentar o esquecimento e a exclusão dessas populações pelo sistema colonial e republicano [...]. A *minka* é também um potente ritual cultural e cerimonial de convocação e coesão das comunidades, assim como um espaço de intercâmbio de normas socioculturais.

É uma prática social comunitária, pautada nos costumes, que perdura ao longo do tempo e prima pelo bem viver da comunidade, pois sintetiza relações de reciprocidade, compromisso e complementaridade. Trata-se de uma prática em que a comunidade se une para trabalhar em torno de um objetivo comum. No Equador, no Chile e na Colômbia é considerado como um evento social de resistência⁹, que mostra a unidade e a solidariedade entre os povos. Um exemplo são as lutas por alternativas de vida empreendidas por movimentos de resistência indígena camponesa no Equador. Os Minkas (“mingas comunitárias”) são também recorrentes como forma de trabalho coletivo (mutirões de trabalho comunitário) dos movimentos sociais para alimentar a população, ou também, em uma escala menor, na organização da vida social no campo, com a mobilização de vizinhos e familiares para os preparativos de casamentos, aniversários, ou funerais, assim como nas atividades agrícolas, como a semeadura e a colheita (ARAÚJO; SILVA, 2022).

⁹ Por exemplo, na Colômbia as descrições da “minga de resistência” ressaltam o histórico descontentamento indígena com o governo local (IBARRA, 2019).

Portanto, podemos considerar os Minkas como mutirões de trabalho coletivo/comunitário, seguindo a compreensão de Pedro Ivan Christoffoli (2021, p. 277) que define a realização de processos associativos e cooperativos de trabalho, a exemplo de mutirões nas trocas de serviços no plantio e na construção de casas.

No Brasil, a forma de trabalho coletivo com intuito colaborativo é conhecida como *mutirão*, em inglês *collective effort* ou *joint effort*. Essa prática de trabalho tem como princípios a solidariedade e a coletivização. O termo mutirão tem suas origens na cultura ameríndia e seu significado remete a *motirão* que, na língua Tupi, está relacionado à atividade de colheita e de construção, na qual as pessoas se reúnem para ajudar umas às outras.

José de Souza Martins, em *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, descreve como funciona o mutirão em comunidades:

A doação de trabalho que se faz a outrem no mutirão é doação de trabalho concreto. Eventualmente, essa doação pode se transformar em troca de dia, isto é, em expectativa da contrapartida de uma doação semelhante. Mesmo assim, do ponto de vista dos que trocam é troca de trabalho concreto, não é trabalho pelo trabalho: é limpa de roça, colheita de milho ou de arroz (MARTINS, 2000, p. 716).

O trabalho de mutirão envolve determinada atividade concreta, cujo produto é um valor de uso fundamental no atendimento das exigências materiais e culturais de sobrevivência de mulheres e homens em uma dada comunidade. As trocas desses trabalhos criam entrelaçamentos “culturais/intelectuais/morais/materiais” (MÉSZÁROS, 2002), reproduzidos historicamente na vida dos indivíduos e entendidos como “funções primárias de mediação dos seres humanos com a natureza” (MÉSZÁROS, 2002, p. 212-213). Tal processo envolve múltiplas dimensões das lutas cotidianas dos sujeitos pela existência e não é constituído por hierarquias estruturais de dominação, uma vez que se baseia em um projeto de vida coletivo. A partir da relação entre trabalho-educação é que situamos a compreensão dos fundamentos do Minka, o trabalho coletivo e seu princípio educativo.

Minka é uma forma de trabalho coletivo de produção da vida social praticada por povos de diferentes culturas. É uma relação de troca comunitária que resiste ao modo de produção capitalista e permanece existindo em diversos espaços/tempo históricos, a exemplo dos povos da floresta, das comunidades indígenas, dos

quilombolas rurais e urbanos, dos ribeirinhos, dos assentamentos rurais e das experiências de trabalho no âmbito do movimento da economia solidária.

No caminho do que é Minka (ou na busca por “objetos Minka de pesquisa”¹⁰), Ellen R. S. Miranda e Doriedson S. Rodrigues (2020) estudam os mutirões como práticas costumeiras, que atuam na luta e na resistência de povos tradicionais em comunidade quilombola no Baixo Tocantins, estado do Pará. As investidas do capital na região, com a introdução do cultivo da pimenta-do-reino para o mercado internacional e o uso de trabalho intensivo precarizado, vêm transformando trabalhadores e trabalhadoras em mão de obra barata, levando-os a sobreviver em condições subumanas. Em face do assalariamento, os mutirões vão assumindo um caráter residual, embora signifiquem a negação do trabalho alienado implantado pelo cultivo da monocultura e, ao mesmo tempo, momentos de afirmação das identidades desses povos, por meio da integração de saberes do trabalho, ou de celebrações festivas com reciprocidade na troca de comidas e colaborações.

Também podemos considerar os Minkas comunitários, lembrando as “mingas de resistência” do movimento grevista no Equador (mencionado anteriormente) e compará-los às pesquisas realizadas por Jesús Jorge Pérez García (2022) em Cuba. Esse autor realizou estudos sobre lutas comunitárias em territórios rurais e concluiu que as comunidades observadas por ele são mobilizadas por “necessidades sentidas comunais” em situações de resistência coletiva, mediante a organização de grupos de trabalho comunitário. Os trabalhadores e as trabalhadoras se associam na luta política, na produção de bens e serviços, mediados(as) pelas ações de trabalho. “A articulação destas pesquisas indica que as comunidades rurais se mobilizam por necessidades sentidas comuns, permeadas de cultura, que os fazem continuar lutando [...] pelas práticas que se mantém, resistindo e vivendo” (GARCIA, 2022, p. 1). Em comunidades tradicionais, o trabalho coletivo abrange o plantio, a colheita, faz parte de uma rede de solidariedade que se relaciona com os valores e os costumes, nas formas de expressão simbólica da cultura e nas experiências vivida, percebida e sentida que demarcam os modos de vida.

¹⁰ Conforme palestra: “*Trabalho-Educação: sentidos milenares do Minka*”, proferida pelo prof. Dr. Doriedson Rodrigues (UFPA) na mesa temática: “Trabalho, cultura, territórios quilombolas e educação no campo”, em 26 de outubro de 2022, que contou com a participação das professoras Maria Clara B. Fischer (UFRGS), Lia Tiriba (UFF) e Ana Elizabeth Alves (UESB). A mesa fez parte da programação do CT-32, do XIV COLÓQUIO NACIONAL/VII COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO e do XII SEMINÁRIO NACIONAL/II INTERNACIONAL DO HISTEDBR.

As pesquisas desenvolvidas por Betânia Cordeiro e Maria Clara Bueno Fischer (CORDEIRO, 2020) também ajudam a compreender os sentidos de Minka. As autoras se dedicam a estudar os saberes do trabalho associado implicados na constituição de redes de economia solidária em uma perspectiva autogestionária e têm como sujeito privilegiado de interlocução a Cooperativa Central Justa Trama, uma cooperativa do setor têxtil e de confecções. A cooperação em meio a esses sujeitos está pautada em necessidades materiais e subjetivas que se opõem a processos privados e heterogeridos de organização do trabalho. Ela prima pela ajuda mútua, por relações horizontalizadas, por saberes compartilhados, de forma a afirmar as identidades dos produtores livremente organizados. Para as pesquisadoras, o trabalho associado e a vida social de homens e mulheres são fontes de saberes. Alicerçadas em Thompson (1981, p. 16), advertem que a experiência vivenciada é válida e efetiva para esses sujeitos dentro de determinados limites e defendem a importância da educação para a classe trabalhadora, de forma que a qualifique socialmente para o saber que emerge da práxis.

Na pesquisa desenvolvida por William Amaral Souza e Lia Tiriba (SOUZA, 2020), as evidências de Minkas se manifestam nas lutas e nas estratégias de manutenção dos costumes presentes nos modos de vida, em amplas dimensões, entre os povos e as comunidades tradicionais nos vales dos rios Guaporé e Madeira, em Rondônia. Os achados da pesquisa mostram que esses povos têm resistido e lutado diariamente contra o processo de expansão do capital com o agronegócio e o neoextrativismo, que atuam no sentido de desestruturar os modos de vida de homens e mulheres que vivem em sintonia com a natureza. Os Minkas de resistência social atuam no sentido de preservar os modos de vida, atuam como “o elemento de estruturação de sua identidade e resistência frente às dificuldades da vida, e condição vital para a sua existência, a qual não pode ser pautada pela lógica dos processos de sociabilidade do capital” (SOUZA, 2020, p.186).

Trazemos também para debate a pesquisa desenvolvida por Mahalia Aquino (2018), na qual denuncia a problemática socioambiental instaurada na Bacia do Rio Doce provocada pelo rompimento da barragem de Fundão e a contaminação da área por rejeitos de minérios de ferro. A empresa Samarco (Vale+BHP Billiyon) Mineração S.A. é a responsável pela devastação ambiental que se coaduna com a dinâmica de opressão e expropriação do capital na sua forma mais perversa. O

crime ambiental afetou direta ou indiretamente as populações ribeirinhas, que perderam moradias, locais de trabalho, costumes e tradições, comprometendo todo o conjunto de relações sociais “ao longo do percurso da lama tóxica, até a foz do Rio Doce, no encontro com o mar em Regência (Linhares-ES)” (AQUINO, 2018, p. 244). As comunidades ribeirinhas e os movimentos sociais, em contrapartida, organizaram mobilizações em forma do que poderiam ser considerados Minkas, que se constituíram em ações políticas para protestar contra a empresa, unir esforços para mitigar o sofrimento dos atingidos e propor alternativas de sobrevivência. Podemos citar as estratégias de ocupação dos trilhos da Ferrovia Vitória-Minas para impedir a passagem dos trens de minério (essa foi uma das ações de resistência mais efetivas, pois chamava a atenção da mídia e das empresas que, rapidamente, solicitavam ao Estado a reintegração de posse, pois cada minuto do trem parado, sem mover o minério em direção ao porto, significava perda de lucro); as reuniões do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nas comunidades; a organização de grupos para trocas de informações no WhatsApp; as manifestações contra a Renova (empresa sem fins lucrativos mantida pelas empresas criminosas) e as mobilizações junto ao Ministério Público.

A luta política desses povos constitui espaços de socialização e formação crítica dos sujeitos contra as estratégias de manutenção dos lucros da Empresa Samarco (Vale+BHPBillion) e, conseqüentemente, evidencia a lógica imposta pelo modo de produção capitalista.

Os sentidos Minka na Comunidade Quilombola de Furadinho e no Povoado do Peri Peri no estado da Bahia

A Comunidade Quilombola de Furadinho e o Povoado do Peri Peri, ambos na Bahia, guardam memórias acerca da organização da vida comunitária, do trabalho coletivo, da reciprocidade e da solidariedade entre os vizinhos constituindo elementos culturais que fortalecem os vínculos de convivência social. Que memórias¹¹ Minkas esses povos revelam?

¹¹ Na realização dessas pesquisas, consideramos as memórias desses povos como um “recurso” (MONTESPERELLI, 2004) que atribui significados às lembranças de um tempo passado ressignificado no presente. Essas memórias foram colhidas por meio de observações de campo, rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas.

O surgimento da Comunidade Quilombola de Furadinho remete à segunda metade do século XIX, conforme o Diagnóstico do Quilombo de Furadinho-DQF (BAHIA, 2013). Furadinho¹² localiza-se a 554 km de Salvador, capital baiana, e a 36 km do município de Vitória da Conquista, em uma área de relevo acidentado, com uma pequena faixa de planície. O bioma típico é a caatinga, com chuvas esparsas em determinados períodos do ano. No período de formação do quilombo, as terras eram isoladas, de difícil acesso, distantes da *Imperial Vila da Vitória* (atual Vitória da Conquista).

O Quilombo de Furadinho foi um reduto de lutas e de Minkas de resistências às diversas investidas que tentavam capturar os(as) negros(as) escravizados(as) e os(as) indígenas. Segundo relatos coletados junto aos(as) moradores(as) e sistematizados pelo DQF (BAHIA, 2013), o local abrigava escravos(as) fugitivos(as), indígenas e trabalhadores(as) livres.

A memória do grupo registra Manoel Fortunato como o primeiro morador. Seus(as) vários(as) descendentes se espalharam pela área desbravada, no intuito de se preservarem e de, ao mesmo tempo, usarem os lugares como estratégia de fuga. Eles e elas foram responsáveis pela constituição de vários quilombos na atual região de Vitória da Conquista.

O processo de expropriação iniciou-se em razão da inexistência de documentos, dificuldade criada pela chamada Lei de Terras¹³, e da facilidade dos fazendeiros de forjarem documentos, o que possibilitou a venda e a cessão indiscriminada de terras a terceiros, reforçando a grilagem e o favoritismo na região. Essa dinâmica desigual de acesso à terra e a sua posse está entrelaçada com a formação do território brasileiro, onde a terra sempre foi instrumento revelador de poder. Por essa razão, foi negado, aos invisibilizados, o direito de possuí-la ao mesmo tempo em que se reforçava o poderio da elite rural (ALENTEJANO, 2012).

¹² A localidade abriga em torno de 120 famílias, o que constitui um total de cerca de 560 pessoas, entre moradores(as) da sede e de comunidades adjacentes. A área da comunidade gira em torno de 580 hectares, com lotes de, aproximadamente, 1 a 5 hectares por família. Furadinho recebeu a Certificação da Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente Quilombola (CRQs) em 20/05/2016. A Portaria nº 104/2016 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). O processo para demarcação e regularização das terras quilombolas da comunidade de Furadinho foi aberto junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 2014, processo de nº 54160.00182/2014-66, mas, até o momento, o órgão não emitiu um parecer. Um dos impasses, de acordo com o órgão, é a falta de mão de obra.

¹³ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras.

Tal situação se torna contundente em uma memória presente nos documentos históricos da comunidade. “Chegaram as pessoas brancas, vendiam... Os moradores ficaram tudo sem terra, só com uma cercazinha ali... e foram tomando tudo, terra, tudo, sem documento. Tiveram muitas brigas, mas quem tinha dinheiro vencia” (BAHIA, 2013, p. 05). O relato demonstra a luta desses(as) quilombolas que, sem os recursos necessários, sem o conhecimento das leis e sem uma orientação precisa, viram-se indefesos(as) em relação aos(as) fazendeiros(as) da vizinhança, que tinham conhecimentos e alianças políticas. Surgiram, portanto, Minkas em defesa do território nas tensões entre os interesses da classe dominante e das pessoas quilombolas.

Os saberes da experiência de trabalho como expressão de resistência podem ser observados nos costumes que vigoram na organização da vida comunitária. Os festejos de casamento no Quilombo de Furadinho são formas Minkas de partilha e de organização do trabalho, são regulados “por práticas que conferem aos sujeitos o poder de decisão sobre o processo de produzir a vida social” (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 614)¹⁴.

O trabalho coletivo é um Minka comunitário que visa à preparação para a festa, engloba arrumação do espaço, iluminação, ornamentação, preparação de alimentos, distribuição, música e dança. Boa parte do material utilizado é emprestado pelos(as) vizinhos(as), que ajudam com o que podem: madeiramento, lona, ferramenta, assim como bancos, mesas, toalhas, panelas e os talheres que serão utilizados na festa. Também doam alimentos para a elaboração dos pratos que serão servidos. Nessas antigas práticas de organização do casamento, há trabalhos específicos para homens e mulheres. O contrapiso, a latada ou tenda, onde será servida a refeição e que depois se transforma em salão do forró fica sob a responsabilidade dos homens, assim como a iluminação. Eles também tratam as carnes, enquanto as mulheres são responsáveis pela limpeza, pela ornamentação e pelo preparo dos alimentos e sobremesas. Os garçons são identificados por uma toalha branca colocada em volta do pescoço; apenas homens servem as mesas. O tamanho enorme da mesa dá a dimensão do coletivo. Na primeira mesa, segundo as

¹⁴ No percurso da pesquisa, tivemos a oportunidade de presenciar a celebração de um casamento em 17 de junho de 2023 no Quilombo de Furadinho-BA. Na ocasião, verificamos o registro de práticas tradicionais que reforçam costumes, solidariedade e reciprocidade manifestadas no jantar coletivo servido para celebrar a festividade, na queima de fogos de artifício para anunciar a chegada dos noivos, na dança no terreiro para culminância da solenidade.

práticas costumeiras, sentam-se os recém-casados, os padrinhos e as madrinhas e os parentes de primeiro e segundo grau. Nas mesas subsequentes, os(as) demais convidados(as). O forró, que se inicia somente depois de todos(as) serem servidos(as), estende-se durante toda a noite.

O trabalho coletivo de preparação do festejo do casamento é constituído por grupos que se identificam pelos saberes da experiência e todos(as) colaboram. Quando, por algum motivo, alguém está impossibilitado de realizar o trabalho, a pessoa procura outra que possa substituí-la. A chegada dos recém-casados à casa dos pais da noiva é marcada por estrondos de foguetes, o que simboliza o início dos festejos na residência. A chuva de papel picado e arroz, no momento da entrada, representa votos de felicidade e fartura. Todas essas ações fortalecem o Minka e preservam os costumes.

O modo de vida no Quilombo de Furadinho se manifesta na forma como as pessoas se solidarizam, por meio do trabalho coletivo, seja nas festividades, como um casamento, seja nos momentos de tristeza, como a perda de um familiar, seja para suprir uma necessidade individual ou coletiva. Isso ratifica o que está documentado em E. P. Thompson (1981) como sendo reflexo de um aprendizado da vida social. Sem esse movimento, a produção material da vida cessaria.

Porém, é importante observar que, ao mesmo tempo em que esses costumes asseguram a produção da existência e dos modos de vida, muito do vivido faz parte da cultura residual, do encontro entre o velho e o novo, e, deste último, abarca-se o conflito de valores no encontro inevitável entre a vida em comunidade e a investida do capital para promover o desapossamento dos saberes e da vida (THOMPSON, 1981; WILLIAMS, 2011).

Em outros dizeres e aproximando-nos de Martins (2021), é como se os chamados grupos “civilizados” alimentassem a intolerância, a ambição e a morte, enquanto os povos do campo elaborassem um lugar de uma residual concepção de esperança atravessada pelas ameaças do tempo novo, como se fosse um tempo de redenção e de justiça pelo que são. É o caso das memórias suscitadas a respeito dos festejos e das danças que aconteciam na comunidade:

Já teve muitos festejos, uns levantavam a bandeira de São Roque, ou de São Sebastião ou de Bom Jesus, foram morrendo e os filhos foram desligando... festejo que está tendo ai, só da igreja católica... tinha festa de reis... sambava a noite toda... Aqui só tem uma mulher

que é tia minha... na festa de Cosme ela reza e faz samba a noite toda, ela trabalha, reza um povo ai... O padroeiro da comunidade é Bom Jesus. Comemora dia 6 de agosto. Faz uma festa lá na igreja, faz um leilão... fazia samba, depois os sambadores foram morrendo outros mudaram, essa rapaziada não sabe brincar não... de uns três anos pra cá ninguém vê reis mais não¹⁵ (BAHIA, 2013, p.17).

Os festejos religiosos de tradição católica em homenagem ao padroeiro da comunidade são organizados por meio do trabalho coletivo. O leilão solidário é uma forma de angariar recursos para a organização dos festejos em homenagem a Bom Jesus, que ocorre em 6 de agosto. Os(as) moradores(as) fazem a doação dos materiais que serão leiloados e, em uma das noites, após a novena, é realizado o leilão. As novenas são distribuídas por grupos comissionados que envolvem Crismandos (jovens), Catequese e Legião de Maria (mulheres) e o Terço dos homens (organizado por homens).

Famílias numerosas são um traço característico no Quilombo de Furadinho, o que se constitui em um apoio imprescindível ao trabalho coletivo na agricultura familiar. Os saberes do trabalho assentam no manejo do solo, no plantio e na colheita nos moldes deixados pelos antepassados e que continuam sendo empregados com sutis modificações. Nas práticas de trabalho coletivo, não há pagamento em espécie, há uma troca de força de trabalho, em que todos(as) os(as) envolvidos(as), tios(as), sobrinhos(as), cunhados(as) são beneficiados(as) no trabalho em seus lotes, o que constitui um Minka do bem comum. A produção agrícola gira em torno do plantio da mandioca e da produção de farinha, embora outros produtos também sejam cultivados, como feijão de corda (catador), milho, abóbora e algumas hortaliças. O pequeno excedente, bem como a farinha de mandioca produzida na comunidade, é vendido no Ceasa e em feiras livres de Vitória da Conquista, que funcionam diariamente, mas que têm seu ponto forte de vendas nos finais de semana. Entretanto, sobreviver exclusivamente da produção agrícola tem sido cada dia mais difícil.

O modo de produção da existência no Quilombo de Furadinho não está atrelado apenas ao trabalho coletivo; outras formas de trabalho coexistem no mesmo espaço, como o trabalho por diária, as roças por meias, a empreitada, o

¹⁵ Mantivemos a variação linguística originária desses povos em respeito ao seu modo de falar, por entender que tais variações são elementos históricos de uma sociedade heterogênea, visto que denotam a peculiaridade de um povo, sobretudo no que diz respeito à língua. Portanto, não devemos ignorar a variação linguística existente na sociedade.

trabalho assalariado, que leva os(as) moradores(as) a se deslocarem diariamente para Vitória da Conquista, onde trabalham no comércio, nas indústrias, nas residências e no serviço público. Poderíamos dizer que, para uma parcela considerável de moradores(as) na faixa dos trinta e poucos anos, o trabalho agrícola ocorre em tempo parcial, concomitante ao trabalho assalariado. Além da dependência do assalariamento, a comunidade é beneficiária de recursos disponibilizados pelo Governo Federal, que faculta aos(às) idosos(as) aposentados(as) poderem contribuir significativamente na complementação da renda familiar.

A outra comunidade para a qual nossos estudos convergem é o Povoado do Peri Peri, também na Bahia¹⁶. Nesse povoado, os afazeres diários do trabalho familiar concentram-se no cultivo da mandioca em pequenas propriedades rurais familiares, no funcionamento esporádico de dez parcas casas de farinha, no cultivo de pequenas roças, na produção de requeijão caseiro, na criação de animais domésticos, na produção de ovos caipiras, no cultivo de frutas de quintal e nas pequenas hortas. O fruto desse trabalho permite às pessoas residentes a possibilidade de complementarem a renda com os produtos que são comercializados na feira livre, que acontece toda segunda-feira, na sede do município. Com essas atividades, os saberes do trabalho vão se constituindo historicamente. Muitos(as) sobrevivem exclusivamente da aposentadoria e da transferência de renda dos programas sociais; em alguns casos, os(as) idosos(as) são os(as) responsáveis pela manutenção das famílias.

As atividades de socialização coletiva refletem o sentido Minka de existir, fortemente vinculado à Igreja Católica ou ao futebol no campinho de várzea da localidade. Os(as) moradores(as) são pequenos(as) proprietários(as) rurais de pequenos minifúndios, faixas encurtadas de terra, porque, segundo eles(elas) próprios(as), a terra foi se dividindo tanto com o passar do tempo, que, atualmente, está dimensionada entre meio hectare e, no máximo, 10 hectares, por vezes

¹⁶ O povoado de Peri Peri é integrante dos 47 povoados que compõem Belo Campo (BA), município emancipado de Vitória da Conquista em 1962, localizado numa área de vegetação denominada mata de cipó. A distância entre os dois municípios (Belo Campo e Vitória da Conquista) é de aproximadamente 64,5 km, via BR 116 e BA 263. O Povoado do Peri Peri está localizado a 13,4 km da sede do município de Belo Campo. De acordo com informações coletadas na comunidade, a população estimada no Povoado do Peri Peri corresponde, aproximadamente, a 927 moradores reunidos em 225 famílias.

herdada dos antepassados. A tendência é a faixa de terra destinada aos(as) pequenos(as) proprietários(as) do Peri Peri diminuir ainda mais.

Nas escutas de narrativas, é habitual ouvir descrição de “parcelamento”, que reside na cessão da posse da terra entre gerações, como meio de viabilizar moradia e trabalho para os(as) filhos(as), já que é comum que as família se constituam muito cedo, em torno de 18 anos para as mulheres e de 22 para os homens. O parcelamento, que é geracional e sequenciado, vai diminuindo a relação absoluta entre o povo do campo e a terra, primeiro no tamanho e, depois, na função. Na região de Peri Peri, por exemplo, a sucessão de terras entre os(as) avós dos(as) que hoje detêm a posse da terra compreendia propriedades em torno de 25 alqueires¹⁷. Atualmente o legado, em média, corresponde a menos de um alqueire de terra.

Dessa forma, o destino e o sentido da terra vão ganhando, diante das circunstâncias, novos formatos e novos significados, muitas vezes atrelados mais à moradia do que à função produtiva da terra. O parcelamento, que gera a diminuição da extensão territorial da propriedade privada, segundo Wanderley (2009), em seu movimento visível, constitui um forte instrumento de formação do proletariado no campo, ou da submissão dessa força de trabalho específica ao capital.

O cultivo da mandioca em pequenas propriedades rurais familiares, nos roçados, é parco. Nossos estudos têm identificado algumas razões que podem justificar esse movimento, entre elas: o desmonte do trabalho familiar; a redução das famílias extensas; a falta de incentivo à produção de pequenos produtores; a inserção da fécula da mandioca pela grande indústria; o uso e a função dados à terra. O trabalho familiar enfraquecido também vai mobilizando a força de trabalho para a cidade, ou para os grandes centros, por meio do assalariamento, ou das novas morfologias assumidas pelo trabalho, como a informalidade e os trabalhos esporádicos.

A produção da existência no Povoado do Peri Peri está entrecruzada com a expressão do coletivo que se esboça no pertencimento, na solidariedade, nos sentimentos vicinais. O sentimento de pertencimento ainda é muito forte no dia a dia do povoado: os laços de solidariedade, entrelaçados no provisório, por meio da família, da vizinhança e da amizade, expressam os costumes nos modos de vida. A solidariedade é muito presente nas festas de casamento com a utilização de antigas

¹⁷ Cada alqueire mede 2,42 hectares, e cada hectare corresponde a 10.000 metros quadrados.

práticas, na partilha do alimento e na ajuda mútua entre vizinhos(as), no caso de doenças ou de festividades locais, como a Festa do Menino Jesus, que acontece no mês de dezembro e que envolve moradores(as) e comunidades circunvizinhas. São momentos em que todo o trabalho é convocado por meio do mutirão e não está, sob hipótese alguma, atrelado a questões mercantis. O doar-se é uma questão de honra e de orgulho entre homens e mulheres, é o coletivo na união de um propósito que se manifesta nos costumes. Essas formas Minkas constituem experiências coletivas, formativas de luta em prol do bem viver.

Essa estrutura desvela o trabalho coletivo quando permite que as atividades sejam realizadas em prol de um interesse comum ou, sobretudo, do fortalecimento dos costumes e das tradições enraizadas no modo de ser da população. A Festa do Menino Jesus é o momento de consagração e agradecimento pela colheita, ou de “rezas” para que o ano vindouro possa ser abençoado quando o resultado esperado não foi alcançado. O fortalecimento da religiosidade confere, como analisa Tonet (2018), sentido à vida humana por meio da orientação em busca de segurança, amparo e conforto. A religião exerce, dessa maneira, ora a função social de um apelo de resignação diante do que não está sob o controle humano, ou do que está longe de sua compreensão e domínio, como é o caso das intensas chuvas, ou dos prolongados períodos de estiagem e ora se apresenta como o fundamento imprescindível ao controle social, que, como reforça o autor, está especialmente voltado para as classes dominadas. Tal observação acolhe, segundo os nossos estudos, a realidade, tanto do Quilombo de Furadinho, quanto do Povoado do Peri Peri.

O trabalho coletivo abrange as várias demandas que surgem no dia a dia do povoado. Uma farinhada, prática tradicional por exemplo, pode reunir pessoas conhecidas, ou a parentela direta para que aconteça a contento. Os casamentos mobilizam homens e mulheres na feitura da comida e nos preparos que antecedem o rito. Cada um doa um pouco de si para que o evento aconteça satisfatoriamente, pois, em seu entendimento, a família que surge é parte integrante do todo onde vivem e das memórias que os constituem. Essas manifestações são Minkas encontrados nos valores sociais, na reciprocidade, nos padrões de socialização, nos vínculos familiares e emocionais que persistem.

Nos estudos realizados até o presente momento, pudemos perceber que o luto é uma perda coletiva, é um momento de partilha e de ajuda mútua. Nos velórios, é costume as famílias não enlutadas ajudarem a que passa pelo processo: seja na organização do espaço, na preparação do alimento a ser servido aos visitantes, seja no amparo pelo momento de consternação vivido, o que reforça, mais uma vez, o trabalho como reflexo das práticas sociais coletivas e das memórias que vão costurando antigas práticas no modo de viver no Povoado do Peri Peri.

Os processos de expropriação dos meios de produção pelo capital e a falta de intervenção pública, somados ao acirramento da falta de emprego e de trabalho assalariado – uma realidade nos campos brasileiros – reforçam, de alguma maneira, o trabalho associado como forma de resistência. A carência de moradia e as condições precárias de sobrevivência também são uma realidade no campo brasileiro e não destoam do que encontramos em nossas pesquisas no Peri Peri, quando, em 2018, a comunidade se uniu, por meio do trabalho associado, para erguer a casa de uma das moradoras que perdeu seu abrigo depois de um período de fortes chuvas. Do material, à força de trabalho empregada, foi na feição e no entendimento do comum e do coletivo que a casa de Dona Maria Leonarda foi reerguida¹⁸.

Nesse movimento, percebemos que a posse da terra não garante as condições materiais de produção da vida e da existência, já que Dona Maria Leonarda possuía um pedaço de terra, mas não dispunha dos recursos para erguer sua moradia, foi a força do coletivo que permitiu a materialidade do feito. Nesse sentido, a terra entre os pequenos produtores rurais do Povoado do Peri Peri pode revelar contornos fora da sua função social, ou, em outros dizeres, ela nem sempre compreende o sentido exclusivo de produção: pode ir cedendo espaço ao sentido de moradia, residência e, aos poucos, esmaece a própria ruralidade dela requerida ou pertencente.

Os casamentos, os velórios e as festas religiosas do Bom Jesus e do Menino Jesus exemplificam os costumes na vida coletiva do Quilombo de Furadinho e do Povoado do Peri Peri. Eles acabam por convergir o coletivo na união de um

¹⁸ Foi diante do relato da perda e da recuperação de sua casa, numa pequena roda de conversa, que a moradora nos contou que o acesso à casa lhe trouxe a motivação de frequentar a escola para escrever seu próprio nome quando aposentasse. Tais momentos denunciam explicitamente dois descasos à classe trabalhadora no Brasil: acesso à educação e direito à moradia.

propósito comum que perpassa também o cultural e se expressa na manutenção das tradições, denotando o modo de vida dessas comunidades. Mesmo com todas as investidas do capital no sentido de extirpar os vínculos de sociabilidade, os sentimentos de pertencimento ao lugar, essas comunidades resistem na manutenção de práticas sociais de trabalho coletivo. Mesmo de forma inconsciente, instigam outra perspectiva de produzir a vida de forma mais equitativa, no fortalecimento de ações que promovam o “bem viver” (ACOSTA, 2016), tanto no Quilombo de Furadinho, quanto no Povoado do Peri Peri.

Considerações finais

O Minka tem se constituído historicamente como a principal forma de resistência dos povos indígenas da América Latina, cujo sentimento de cooperação, reciprocidade e ajuda mútua constituem os pilares desse modo de produzir a vida, em uma integração entre seres humanos e natureza e seres humanos entre si. Na atualidade, o trabalho coletivo se constitui em uma potência transformadora capaz de ressignificar os modos de vida em comunidades tradicionais. Os sentidos milenares do Minka nos ensinam que é possível lutar por uma sociedade com equidade social, desde que a classe trabalhadora fortaleça a tomada de decisão por práticas de trabalho coletivo ou associado. A linha de reflexão encaminhada por Alberto Acosta (2016, p. 192) define que essas lutas devem ser organizadas por “princípios básicos de reciprocidade, redistribuição e solidariedade [...] construídos em todos os espaços possíveis da vida em comunidade, começando pelos lares e escolas, além de diversas outras instâncias da vida dos seres humanos”.

Reunir estudos sobre povos do campo e da cidade nos permite debruçar sobre outras formas de produzir a existência que persistem na sociedade capitalista, ainda que de forma subordinada ao capital. Os Minkas de resistência permanecem entre os povos do campo, os ribeirinhos, os quilombolas em seus costumes, suas lutas em defesa do território, na organização de cooperativas de trabalho que se contrapõem ao modo de produção capitalista.

Nas comunidades tradicionais e nos povoados do campo pesquisados por nós na Bahia, o Minka perdura pelos costumes de solidariedade e cooperação entre os(as) moradores(as) em relação à ajuda mútua nos velórios, nos casamentos, nos

adoecimentos e nas festividades religiosas. São modos de vida fundados nos laços de parentesco, mas também na amizade e no pertencimento religioso.

As práticas de trabalho coletivo dos povos do campo se encontram hoje ameaçadas pelas fortes influência e interpenetração do capital. A unidade de produção familiar sofre pressões sociais e econômicas com a baixa produtividade do trabalho, por isso seus integrantes precisam exercer trabalho temporário nas fazendas produtoras em outras regiões, ou exercer atividades fora da roça, a exemplo da construção civil e do trabalho doméstico. A desestruturação dos modos de vida se manifesta nos testemunhos de homens e mulheres que vão, aos poucos, denunciando a desarticulação do trabalho coletivo, os sentidos distintos dados à terra, desenhando, em movimentos diferentes, o desmonte da produção da existência de tais povos e ameaçando o sentido Minka de existir.

A história dos povos originários e de outros povos do campo na América Latina é marcada por muitos desafios em relação à violência e à dominação da classe dominante e de seus representantes contra os subalternos desde os tempos da colonização. As consequências desse processo histórico mediado pelo grande capital em alianças e acordos de disseminação territorial permanecem até os dias atuais. A expansão da propriedade privada da terra e a exploração do trabalho barbarizaram e seguem barbarizando esses povos, especialmente, no que diz respeito aos desafios de sobrevivência e à manutenção dos costumes. (BATTESTIN; BONATTI; QUINTO; 2019). Os modos de vida desses povos, incluídos os quilombolas, os camponeses, os ribeirinhos sempre foram negados e ocultados na tentativa de se instituir a lógica da racionalidade capitalista. Entretanto, constatamos cenários de lutas e resistências, a exemplo dos movimentos indígenas na Colômbia, em 2008 (IBARRA, 2019), no Equador, em 2019 (ARAÚJO; SILVA, 2022), da luta pela terra no Brasil (RODRIGUES, 2017), da luta do Exército Zapatista de Libertação (EZLN), no México (TIRIBA; FISCHER, 2013).

Experiências históricas de lutas sociais de povos da América Latina na perspectiva da autogestão carregam “elementos e/ou possibilidades para ‘Além do Capital’ como diz Mészáros” (NASCIMENTO, 2019, p. 36): ocorrem lutas no trabalho, nas empresas heterogeridas, lutas contra a submissão do trabalho assalariado ao capital, lutas que vão assumindo formas radicais de organização e

programas e que vão se contrapondo à organização capitalista do trabalho e ao Estado (Nascimento, 2019, p. 105).

Os povos originários, através de revoltas, insurreições e revoluções, inauguram um ciclo de lutas de caráter “pós-neoliberal” e revolucionário entre 1910 e 1911, na Revolução Mexicana, em Chiapas. No início do século XXI, em Cochabamba, no território boliviano, ocorrem a Guerra da Água e a Guerra do Gás, as quais permitiram observar as formas de “poder comunitário” afloradas em momentos de crise, o que configuraram Minkas de resistência e de luta por um futuro mais livre e com maior equidade social. São lutas que trouxeram à tona o debate sobre essa forma comunitária, comunal de viver.

Embora as forças ativas do capital tentem desestruturar o trabalho coletivo, esses povos reafirmam suas lutas e práticas econômico-culturais que se contrapõem à lógica dominante. Nessas ações, os sujeitos vão se educando e se formando, ao mesmo tempo em que mostram que é possível viver bem na integração ser humano/natureza mediada pelo trabalho. O modo dos povos tradicionais de se relacionar com a natureza contém, “simultânea e intrinsecamente, sua conservação e preservação. Trata-se de uma concepção de modo de vida que pressupõe muito mais a natureza como parte da vida, do que apenas a vida como parte da natureza” (OLIVEIRA; FARIAS, 2009, p. 3).

As formas de resistência desses povos se expressam, essencialmente, na luta diária pela manutenção da terra, na labuta para continuarem existindo e mantendo a reprodução da unidade familiar, ou ainda na recriação de outras formas de organização social que se contrapõem à forma capitalista preponderante.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALENTEJANO, P. Estrutura Fundiária. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P., FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>. Acesso em 05 de agosto de 2021.

AQUINO, M. G. de Carvalho. Trabalho e educação diante do rompimento da barragem de Fundão (Mariana – MG) no Rio Doce e afluentes. In: **Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento**, 2, 2018, Rio de Janeiro. Anais [...], Rio de Janeiro, 2018, p. 243-267.

ARAÚJO, L. da Silva; SILVA, A. T. R. da. Jatarishun: revoltas indígenas camponesas do Equador e Bem Viver. **Caderno CRH**, v. 35, p. e022004, 2022. Disponível em: www.scielo.br/j/ccrh/a/3YsWjCbkrPbN9RBb54rx3gr/. Acesso em 01 de julho de 2023.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento. **Diagnóstico do Quilombo Furadinho - DQF**. Projeto de inclusão das comunidades remanescentes de quilombos. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 2013.

BATTESTIN, C; BONATTI, J; QUINTO, J. Colonização e resistência dos povos originários da América Latina. **Revista Fórum Identidades**, v. 30, n. 01, p. 13-27, jul-dez, 2019. Disponível em: periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/13495. Acesso em 10 de agosto de 2023.

CHRISTOFFOLI, P. I. Cooperação Agrícola. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

CORDEIRO, B. dos S. **Tramas da Autogestão**: Saberes do trabalho associado produzidos na experiência de construção de uma rede de economia solidária autogestionária. 2020. 257f. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre.

ENCISO, A. J. A; MENDOZA, A. B. El ayni y laminka: das formas colectivas de trabajo de las sociedades pre-Chavín. **Investigaciones Sociales Arqueología**, Lima, v. 15, n. 27, p.43-75, 2011.

GARCIA, J. J. P. Necesidades Sentidas: Ensayo sobre Luchas Comunitarias en Territorios Rurales en Cuba y en La Amazonía Tocantina Paraense – Brasil. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, jan-abr, 2022.

IBARRA, E. del S. R. Repertório de protesto indígena: análise histórica a partir das mobilizações dos povos de Cauca (Colômbia). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n. 2, p. 91-105, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134660573009/movil/> Acesso em 12 de junho de 2023.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, J. de S. **História da vida privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIRANDA, E. R. S; RODRIGUES, D. S. Saberes, [Re] Construção de Identidades e Contradição Trabalho-Capital em Comunidade Quilombola. **Trabalho Necessário**, v.18, n. 36, maio-ago, 2020.

MONTESPERELLI, P. **Sociología de la memória**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

NASCIMENTO, C. **Autogestão comunal**. 1ª ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

OLIVEIRA, A. U. de; FARIAS, C. S. de. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: **Encontro de geografias da América Latina**, 12, 2009, Montevideu, 2009. Disponível em:<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/94.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

PORTUGAL, A. R. Transformações do ayllu andino como reflexo de uma sociedade mestiça. In: **ANPUH - SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24, 2007. Disponível em: www.snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ana%20Raquel%20Portugal.pdf. Acesso em 29 de julho de 2023.

RODRIGUES, F. Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 27-44, jan-mar, 2017.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 2, n. 34. jan/ abr. 2007.

SOLANO, H. C.; LAZARINI, V. M. Economía Comunitaria. In: CATTANI, Antônio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis. (orgs.). **Diccionario de la otra economía**: lecturas sobre economía social. Buenos Aires: Altamira, 2013.

SOUSA, C. S.. **Mancha y bamba**: generalização etnográfica, tradições e mudança cultural. *Puriq*, v. 2, n. 3, 2020, p. 141–164.

SOUZA, W. K. do A. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais**: A (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência. 2020. 222f. Tese (Doutorado em Educação) – UFF, Niterói.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de: Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TIRIBA, L. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. **Otra Economía**, v. 11, n. 20, jul-dic, 2018, p. 74-87.

TIRIBA, L; FISCHER, M. C. B. A Pesquisa em Trabalho-Educação como força material: desvelando campos do real. **Trabalho Necessário**. v. 21, n. 44, janeiro-abril, 2023.

TIRIBA, L; FISCHER, M. C. B. Produção associada e autogestão. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P., FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TIRIBA, L; FISCHER, M. C. B. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, v. 31 n. 2, p. 527-551, maio/ago. 2013.

TONET, I. **Marxismo, Religiosidade e Emancipação Humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Mundo Rural como um espaço de Vida**: Reflexões sobre a propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.